

P01

**FUNDASE
RN**



**CADERNO DE PROVAS ESCRITAS
NÍVEL FUNDAMENTAL**

6 de maio de 2018

**PROCESSO SELETIVO FUNDASE-RN PARA OS CARGOS
AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS
(Serviços Gerais e Motorista)**

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- A prova terá **duração** máxima de **3 (três) horas**, das **8:00 às 11:00**, incluindo o tempo para responder a todas as questões do Caderno de Provas e preencher a Folha de Respostas.
- Confira, com máxima atenção, o Caderno de Provas.
- Confira se a quantidade de questões desta prova estão apresentadas a como no quando a seguir:

PROVA	NÚMERO DE QUESTÕES
Conhecimentos em Língua Portuguesa	1 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 30

- Transfira as respostas para a Folha de Respostas somente quando não mais pretender fazer modificações.
- A Folha de Respostas não poderá ser rasurada.
- O Candidato não poderá levar consigo o caderno de provas antes de transcorridas três horas, tempo estimado para a sua realização.

Assinatura: _____ Inscrição: _____

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

AS QUESTÕES DE NÚMERO 01 A 09 REFEREM-SE AO TEXTO ABAIXO.

Compra e venda de votos

Comprar e vender votos é considerado crime eleitoral? Sim, é crime. E a lei prevê penas para pessoas que o cometem. Segundo o art. 299 do Código Eleitoral, é considerado crime eleitoral "dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita".

A pena prevista para esse crime é de reclusão até 4 quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa. Também é punida a tentativa de oferecer alguma coisa (bens, vantagens ou dinheiro) para incentivar o eleitor a não exercer o seu direito de voto (abstenção). A lei nº 12.034/09 afirma que não é preciso haver um pedido explícito pelo voto para ser considerada conduta ilícita. Basta ser comprovado o procedimento fraudulento.

Sendo assim, trocar o voto por algo que não seja dinheiro também é crime? Mesmo que não esteja envolvido o ato de dar ou receber dinheiro, a lei também prevê que é ilícito trocar coisas por votos. Isso significa que é ilícito oferecer comida (cestas básicas), materiais de construção (tijolos, por exemplo) ou empregos para obter votos.

E o que acontece com um candidato que compra votos? A lei complementar nº 64/90 (Lei da Inelegibilidade), no art. 1º, inciso I, alínea J também trata da compra de votos. Quem for condenado em decisão transitada em julgado (sem possibilidade de recurso) por captação ilícita de votos (comprar ou tentar comprar) ou sofrer cassação do registro ou diploma, ficará inelegível por 8 anos, a partir das eleições. O cidadão detém, portanto, amparo legal para fazer denúncias e se proteger do assédio de determinados candidatos.

Texto adaptado de: <<https://www.eleicoes2018.com>>. Acesso em: 13 abri. 2018.

01. O objetivo central do texto é

- A) informar o leitor sobre normas do processo eleitoral.
- B) convencer o leitor a optar por um partido de oposição.
- C) lembrar o leitor de que votar é um ato cidadão.
- D) preparar o leitor para eleger um candidato ideal.

02. Em relação aos parágrafos do texto, é correto afirmar:

- A) todos são construídos a partir de temas diferentes.
- B) os dois primeiros repetem a mesma informação.
- C) todos são desenvolvidos a partir de perguntas.
- D) os dois últimos apresentam-se como conclusão.

03. Considere o período:

Mesmo que não esteja envolvido o ato de dar ou receber dinheiro, a lei também prevê que é ilícito trocar coisas por votos.

Segundo o que se afirma no trecho, a lei prevê que há

- A) mais de um caso de prática eleitoral ilícita.
- B) apenas um caso de prática eleitoral ilícita.
- C) apenas três casos de prática eleitoral ilícita.
- D) mais de três casos de prática eleitoral ilícita.

04. Considere o período:

Quem for condenado em decisão transitada em julgado (sem possibilidade de recurso) (1º) por captação ilícita de votos (comprar ou tentar comprar) (2º) ou sofrer cassação do registro ou diploma, ficará inelegível por 8 anos, a partir das eleições.

Em relação aos trechos entre parênteses, é correto afirmar:

- A) ambos acrescentam informações novas no período.
- B) apenas o primeiro esclarece sentido de expressão não tão comum.
- C) apenas o segundo acrescenta informação nova no período.
- D) ambos esclarecem o sentido de expressões não tão comuns.

05. Considere o trecho:

Comprar e vender votos é considerado crime eleitoral? Sim, é crime. E a lei prevê penas para pessoas que o (1º) cometem. Segundo o art. 299 do Código Eleitoral, é considerado crime eleitoral "dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita".
A pena prevista para esse crime (2º) é de reclusão até 4 quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa. Também é punida a tentativa de oferecer alguma coisa (bens, vantagens ou dinheiro) para incentivar o eleitor a não exercer o seu direito de voto (abstenção). [...].

Em relação aos elementos linguísticos destacados, é correto afirmar:

- A) ambos são compreendidos a partir de dados apresentados posteriormente.
- B) ambos são compreendidos a partir de dados apresentados anteriormente.
- C) apenas o primeiro é compreendido a partir de dados apresentados anteriormente.
- D) apenas o segundo é compreendido a partir de dados apresentados posteriormente.

06. Considere o período:

Segundo o art. 299 do Código Eleitoral, é considerado crime eleitoral "dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita".

No período, as aspas foram utilizadas para

- A) marcar trecho transcrito do Código Penal.
- B) evidenciar trecho em linguagem figurada.
- C) destacar palavras do autor do texto.
- D) assinalar palavras mais importantes.

07. A palavra “prevê” é acentuada graficamente pelo mesmo motivo que

- A) “ilícito”.
- B) “até”.
- C) “alíneas”.
- D) “é”.

08. Considere o trecho:

A **pena** prevista para esse crime é de reclusão até 4 quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa. Também é punida a **tentativa** de oferecer alguma coisa (bens, vantagens ou dinheiro) para incentivar o eleitor a não exercer o seu direito de voto (abstenção).

Pluralizando-se as palavras em destaque e respeitando-se as convenções da norma-padrão, devem ser realizadas, necessariamente, as seguintes alterações no trecho:

- A) As penas previstas para esse crime é de reclusão até 4 quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa. Também é punidas as tentativas de oferecer alguma coisa (bens, vantagens ou dinheiro) para incentivar o eleitor a não exercer o seu direito de voto (abstenção).
- B) As penas previstas para esse crime são de reclusão até 4 quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa. Também é punidas as tentativas de oferecer algumas coisas (bens, vantagens ou dinheiro) para incentivar o eleitor a não exercer o seu direito de voto (abstenção).
- C) As penas previstas para esses crimes são de reclusão até 4 quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa. Também são punidas as tentativas de oferecer algumas coisas (bens, vantagens ou dinheiro) para incentivar o eleitor a não exercer o seu direito de voto (abstenção).
- D) As penas previstas para esse crime são de reclusão até 4 quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa. Também são punidas as tentativas de oferecer alguma coisa (bens, vantagens ou dinheiro) para incentivar o eleitor a não exercer o seu direito de voto (abstenção).

09. Considere os trechos:

E a lei prevê penas [...]
O cidadão detém [...] amparo legal [...].

Nos trechos, pluralizando-se as palavras destacadas e respeitando-se as convenções da norma-padrão, os verbos devem ser grafados do seguinte modo:

- A) “preveem” e “detêm”.
- B) “prevêem” e “detêem”.
- C) “preveem” e “detêem”.
- D) “prevêem” e “detêm”.

10. Dirigindo-se diretamente a um juiz eleitoral a fim de denunciar a compra e a venda de votos, o tratamento dado a essa autoridade é

- A) Sua Excelência.
- B) Vossa Senhoria.
- C) Vossa Excelência.
- D) Sua Senhoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

I. TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL – 6 QUESTÕES

11. A Constituição da República Federativa do Brasil compreende a seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Pelo texto constitucional, é objetivo da seguridade social a
- A) não seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - B) equidade na forma de participação no custeio.
 - C) redutibilidade do valor dos benefícios de acordo com o fator previdenciário.
 - D) base de financiamento única.
12. Pela ordem constitucional, algumas profissões do meio rural que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. Entre estes beneficiários previstos na Constituição, pode-se elencar o:
- A) pescador empregado e o seu cônjuge, assim como o produtor.
 - B) construtor e o seu cônjuge, assim como o meeiro.
 - C) pescador empregado e o meeiro, assim como o produtor.
 - D) produtor e o seu cônjuge, assim como o meeiro.
13. O legislador constituinte determinou que compete ao Sistema Único de Saúde – SUS, além de outras atribuições, a:
- A) fiscalização de alimentos, compreendido o controle do seu teor nutricional, assim como de bebidas.
 - B) participação na política de urbanismo das cidades.
 - C) não ingerência no controle de produtos tóxicos e radioativos.
 - D) execução de ações de vigilância sanitária, exceto quando se tratar de questão epidemiológica.
14. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim dispõe o artigo 205 da Constituição da República. Neste contexto, o ensino será ministrado com base no seguinte princípio:
- A) gestão democrática do ensino privado.
 - B) igualdade de condições para acesso à escola, mas não para permanência.
 - C) igualdade de condições para permanência na escola, mas não para acesso.
 - D) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental.

15. O dever do Estado com a educação terá sua efetivação mediante a garantia da:
- A) educação básica obrigatória e gratuita dos 2 (dois) aos 20 (vinte) anos de idade.
 - B) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
 - C) progressiva universalização do ensino médio pago.
 - D) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 7 (sete) anos de idade.
16. É princípio que rege o Sistema Nacional de Cultura a:
- A) ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
 - B) limitação do acesso aos bens e serviços culturais, de acordo com a região.
 - C) autonomia mitigada dos entes federados.
 - D) centralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

II. Capítulo VII - Da família, da criança, do adolescente e do idoso – artigos 226 a 230 da Constituição da República Federativa do Brasil – 2 questões

17. Segundo a Constituição da República, a família é considerada base da sociedade e tem proteção especial do Estado. Diante dessa proteção especial, o texto constitucional assegurou que o casamento:
- A) é civil com celebração onerosa.
 - B) civil pode ser dissolvido por separação judicial.
 - C) católico tem efeito civil, nos termos da lei.
 - D) pode ser denominado também de união estável.
18. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem. Assim, a Constituição da República se ocupou de prever a estes o direito à proteção especial, o qual abrange a:
- A) idade mínima de doze anos para admissão ao trabalho.
 - B) vedação de programas voltados para crianças dependentes de entorpecentes.
 - C) garantia de direitos previdenciários.
 - D) garantia de acesso da criança ao trabalho, desde que remunerado.

III. Legislação: *Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; – 4 questões*

19. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A referida garantia de prioridade compreende a:
- A) precedência de atendimento nos serviços privados.
 - B) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - C) não preferência na execução das políticas sociais públicas.
 - D) destinação privilegiada de recursos privados nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

20. Quanto ao direito à vida e à saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

- A) manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo máximo de cinco anos.
- B) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão pela íris ocular.
- C) fornecer declaração de nascimento mediante pagamento de taxa única.
- D) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

21. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos. Sendo assim, é correto afirmar que:

- A) é obrigatória a vacinação das crianças na rede pública nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias nas mesmas condições da rede privada.
- B) a criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais não será atendida pelo Sistema Único de Saúde.
- C) o Sistema Único de Saúde promoverá atenção à saúde bucal das gestantes.
- D) para ter acesso aos serviços de saúde para a criança, o responsável deve apresentar comprovação de regularidade fiscal com o fisco municipal de onde reside.

22. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Tal direito à liberdade compreende:

- A) participar da vida política, de acordo com a lei.
- B) ir, vir e estar nos logradouros públicos, irrestritamente.
- C) crença religiosa, se de origem cristã.
- D) ir, vir e estar nos espaços comunitários, irrestritamente.

IV. Portaria nº. 270/15-GP, de 17 de julho de 2015, e suas alterações, que institui o Regimento Interno das Unidades de Atendimento Socioeducativo, disponível no sítio www.fundase.rn.gov.br; – 4 questões

23. Pela Portaria nº. 270/15-GP, de 17 de julho de 2015, a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – FUNDAC, atualmente denominada Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte – FUNDASE/RN, tem por finalidade, no âmbito estadual, a execução da política de:

- A) atendimento aos adolescentes acusados e vítimas de ato infracional, com privação ou restrição de liberdade com eficiência, eficácia e efetividade, de acordo com as leis, normas e recomendações de âmbito nacional e estadual.
- B) encarceramento dos adolescentes acusados ou autores de ato infracional, com privação ou restrição de liberdade como punição pelos crimes cometidos, promovendo as condições para reinserção social.
- C) atendimento aos adolescentes acusados ou autores de ato infracional, com privação ou restrição de liberdade com eficiência, eficácia e efetividade, de acordo com as leis, normas e recomendações de âmbito nacional e estadual.
- D) aconselhamento continuado dos adolescentes acusados ou autores de ato infracional, sem privação ou restrição de liberdade, dada a vedação legal, promovendo as condições para reinserção social.

24. São princípios do atendimento socioeducativo ao socioeducando o respeito aos direitos humanos, a legalidade, o respeito ao devido processo legal, assim como a:

- A) completude institucional.
- B) privatização do atendimento.
- C) centralização administrativa.
- D) prioridade absoluta para o socioeducando.

25. Em relação às medidas socioeducativas, a Portaria nº. 270/15-GP, de 17 de julho de 2015, estabelece que a:

- A) medida socioeducativa tem natureza de sanção.
- B) prisão domiciliar é uma medida socioeducativa.
- C) internação provisória, antes da sentença pode ser determinada pelo prazo máximo de 30 dias.
- D) internação provisória, antes da sentença pode ser determinada pelo prazo mínimo de 30 dias.

26. Na organização de atendimento da FUNDASE/RN, é correto afirmar que se configuram como unidades de sua estrutura os:

- A) Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente Acusado de Autoria de Ato Infracional e os presídios estaduais.
- B) Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente Acusado de Autoria de Ato Infracional e os Centros Educacionais de Internação.
- C) Centros Educacionais de Semiliberdade e os presídios estaduais.
- D) somente os Centros Educacionais, sejam de internação ou de semiliberdade.

V. Portaria nº. 079/2017-GP Natal, 26 de abril de 2017, e suas alterações, que institui o Manual de Segurança Socioeducativa, disponível no sítio www.fundase.rn.gov.br; – 4 questões

27. Sobre as passagens de plantões, dentro das rotinas nas unidades de Socioeducação, é correto afirmar que:

- A) no Livro de Ocorrências deve ser certificado o relato das queixas dos socioeducandos, mas não a disponibilidade de material de higiene pessoal.
- B) para realizar a conferência dos socioeducandos a equipe de plantão precisa da autorização expressa de autoridade judiciária.
- C) para realizar a conferência dos socioeducandos a equipe de plantão precisa da presença de autoridade judiciária.
- D) a equipe de plantão deve realizar a conferência do material de uso pessoal dos socioeducandos, inclusive de vestuário.

28. Nos deslocamentos dentro das Unidades de Socioeducação, é vedado ao socioeducando:

- A) caminhar em fila indiana.
- B) o trânsito livre nas salas dos agentes socioeducativos.
- C) caminhar em silêncio.
- D) o trânsito sem acompanhamento de agentes socioeducativos.

29. Em relação à comunicação externa, é permitido aos socioeducandos realizar ligações telefônicas, de acordo com dias e horários avaliados e definidos pela Gerência e pela equipe técnica da unidade. Sendo assim, é correto afirmar que:

- A) as ligações efetuadas e recebidas pelos socioeducandos devem se originar e se destinar ao próprio aparelho celular.
- B) por respeito ao sigilo das comunicações, as ligações não podem ser interrompidas pela equipe técnica da unidade.
- C) todas as ligações para os socioeducandos devem ser transferidas para a equipe técnica.
- D) é vedada a disponibilização de aparelho celular, salvo se custeado pela própria família do socioeducando.

30. A vistoria estrutural nas revistas das Unidades de Socioeducação é caracterizada por:

- A) existência de ronda noturna que respeita o horário de sono do socioeducando.
- B) ser realizada semanal ou quinzenalmente, a critério da gerência da unidade.
- C) ser realizada tão somente uma vez por dia em respeito à privacidade dos socioeducandos.
- D) não poder ser realizada por agentes de segurança externa.